



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1 Aquisição de fornecimento de CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente), através de Pregão Eletrônico, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e seu(s) apenso(s).

1.1.2 PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1.1.2.1 A contratação será:

- ☒ REALIZADA EM ÚNICO ITEM.
- ☐ DIVIDIDA EM ITENS.
- ☐ DIVIDIDA EM ITENS E LOTES.
- ☐ DIVIDIDA EM LOTES.
- ☐ REALIZADA EM LOTE ÚNICO.

1.1.2.2 A opção assinalada se encontra detalhada no Apenso I deste Termo de Referência.

1.1.3 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021)

- ☒ NÃO SE APLICA.
- ☐ EXCLUSIVIDADE DE MARCA/MODELO.
- ☐ MARCA/MODELO REFERÊNCIA

1.1.4 A VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO

- ☒ NÃO SE APLICA.
- ☐ SE APLICA.

1.2 NATUREZA DO OBJETO

1.2.1 O objeto da contratação possui:



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

☒ **NATUREZA COMUM**, cujos padrões de qualidade e desempenho são facilmente descritos e especificados conforme padrões de mercado.

☐ **NATUREZA ESPECIAL**, pois não se adequa às especificações padrões de mercado.

1.2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme vedação do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 ENQUADRAMENTO, VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.3.1 O fornecimento do objeto será:

☒ **NÃO CONTINUADO**, destinado as necessidades temporárias, não sendo de caráter permanente para a Administração.

☐ **CONTINUADO**, pois atende a demandas contínuas ou permanentes da Administração.

1.3.2 PRAZO DE VIGÊNCIA

1.3.2.1 O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.3 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

☐ **HAVERÁ SOMENTE EMISSÃO DE INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO (EMPENHO).**

☒ **HAVERÁ SOMENTE CELEBRAÇÃO DE INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO.**

☐ **HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E POSTERIORES INSTRUMENTO(S) FORMAL(IS) DE CONTRATO.**

☐ **HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E POSTERIORES INSTRUMENTO(S) SUBSTITUTIVO(S) AO CONTRATO (AFM E/OU EMPENHO).**

1.3.3.1 Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente, no prazo máximo de 5(cinco) dias, contados da data da convocação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

2.1 A presente contratação se justifica por justifica pelo Município já arcar com o custo fixo de pessoal (equipes próprias) e com o custo mensal de locação de equipamentos (compactadores e placas). A ausência de material para aplicação torna esses recursos ociosos, gerando prejuízo ao erário. A aquisição de insumos é a condição sine qua non para que a zeladoria urbana não seja paralisada, especialmente nos períodos de maior degradação do



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

asfalto.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'c' e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021)

3.1 Conforme descrito nas especificações técnicas detalhadas no Apenso II deste Instrumento, a aquisição de material (CBUQ) é a solução tecnicamente adequada e economicamente superior para a realidade atual da Secretaria, maximizando o retorno social dos investimentos já realizados em pessoal e locação de equipamentos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'd', da Lei nº 14.133/2021)

4.1 A contratação deverá observar os requisitos relacionados nos subitens abaixo listados.

4.1.1 SUSTENTABILIDADE

☒ **APLICAM-SE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NESTA CONTRATAÇÃO NO CONTEXTO DO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA).**

☐ **NÃO SE APLICAM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NESTA CONTRATAÇÃO.**

4.1.2 SUBCONTRATAÇÃO

☒ **NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.**

☐ **SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.**

4.1.3 CONSÓRCIO

☐ **NÃO SERÁ VEDADO.**

☒ **SERÁ VEDADO.** Como se depreende a Lei nº 14.133/2021 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração, conforme dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.240/2008 e nº 2831/2012 – TCU – Plenário.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio”.

4.1.4 - GARANTIAS

4.1.4.1 GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 96-102 da Lei nº 14.133/2021)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

☒ **NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.**

☐ **SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.**

4.1.4.2 GARANTIA DO PRODUTO, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Art. 40, §1º, III da Lei nº 14.133/2021)

☐ **NÃO SE APLICA.**

☒ **GARANTIA LEGAL.** Conforme prazos e condições definidos na Lei Federal nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

☐ **GARANTIA CONTRATUAL, COMPLEMENTAR À GARANTIA LEGAL.**

4.1.4.2.1 O fornecedor é responsável pela qualidade do CBUQ fornecido, devendo garantir que o material atenda integralmente às especificações técnicas exigidas, respondendo por vícios ou defeitos de qualidade identificados após o fornecimento.

4.1.4.2.2 Constatado vício de qualidade ou inconformidade do material com as especificações técnicas, o fornecedor deverá proceder à substituição do material ou à compensação correspondente, sem ônus para o Município, conforme determinação da Administração.

4.1.4.2.3 Uma vez notificado, o fornecedor deverá adotar as providências necessárias no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação formal.

4.1.4.2.3.1 O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa formal aceita pela Administração.

4.1.4.2.4 Decorrido o prazo sem atendimento, o Município poderá adotar as medidas necessárias à correção do problema, inclusive contratação de terceiros, ficando o fornecedor responsável pelos custos decorrentes.

4.1.4.2.5 Os custos decorrentes de eventual substituição ou correção do material defeituoso serão de responsabilidade do fornecedor.

4.1.4.2.6 A garantia quanto à qualidade do material fornecido independe da vigência contratual, permitindo a responsabilização do fornecedor por vícios identificados posteriormente, nos termos da legislação aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Arts. 6º, XXIII, 'e' e 40, §1º, II - Lei nº 14.133/2021)

5.1 PRAZO PARA RETIRADA DO EMPENHO

5.1.1 O fornecedor deverá retirar a nota de empenho no prazo de 5(cinco) dias úteis, contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.

5.1.2 O fornecedor poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por motivo justo e aceito pela Administração.

5.2 PRAZO E FORMA DE ENTREGA

5.2.1 Os bens serão fornecidos de forma contínua, de acordo com a necessidade do MUNICÍPIO, mediante



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

solicitações do setor competente, durante o período contratual.

5.2.1.1 O CBUQ deverá estar disponível para retirada na usina indicada pelo fornecedor, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

5.2.1.2 A retirada será realizada pelos caminhões do Município, de segunda a sexta-feira, conforme programação previamente estabelecida entre as partes.

5.2.1.3 O carregamento dos caminhões deverá ocorrer preferencialmente no período entre 07:00 (sete) e 09:00 (nove) horas, podendo ser ajustado conforme necessidade da Administração.

5.2.1.4 Após a chegada do caminhão à usina, o tempo máximo para carregamento não deverá ultrapassar 2 (duas) horas, salvo situações devidamente justificadas.

5.2.1.5 O fornecimento deverá ocorrer dentro do horário de funcionamento da usina, devendo o fornecedor garantir regularidade no atendimento durante todo o período contratado.

5.2.2 O fornecedor é responsável por disponibilizar o material em condições adequadas de uso no momento do carregamento, bem como por emitir o ticket de pesagem correspondente a cada fornecimento, contendo as informações necessárias para controle e medição.

5.2.3 Devidamente justificado e com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, o fornecedor poderá solicitar prorrogação de prazo ou ajuste no fornecimento, ficando a critério da Administração a sua aceitação, desde que não haja prejuízo ao interesse público, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

5.3 LOCAL, HORÁRIO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.3.1 Os materiais deverão estar disponíveis para retirada na usina indicada pelo fornecedor, cujo endereço será informado posteriormente pelo MUNICÍPIO, no horário compreendido entre 07:00 (sete) e 09:00 (nove) horas, de segunda a sexta-feira.

5.3.2 A retirada deverá ser previamente agendada com o [informe o setor responsável], através dos contatos [insira telefone e e-mail]. O [informe o setor] será responsável por receber o material e registrar o ticket de pesagem correspondente a cada retirada.

5.3.3 O fornecedor obriga-se a disponibilizar o CBUQ em conformidade com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição ou compensação do material que não atenda às especificações, sem ônus para o MUNICÍPIO.

5.3.4 Todas as despesas relativas à produção, disponibilização e transporte do CBUQ até o ponto de retirada na usina, bem como todos os impostos, taxas e demais encargos decorrentes do contrato, correrão por conta exclusiva do fornecedor.

5.3.5 O material deverá ser produzido e armazenado de forma a preservar suas características físicas e químicas, garantindo condições adequadas de uso no momento do carregamento.

5.3.6 O fornecedor deverá garantir que o carregamento do caminhão seja realizado em até 2 (duas) horas, contadas a partir da chegada do veículo à usina, salvo situações devidamente justificadas.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

5.3.7 O fornecedor deverá manter regularidade e disponibilidade do material durante todo o período contratual, assegurando que cada solicitação de retirada seja atendida dentro da janela operacional estabelecida.

5.3.7.1 O Município poderá realizar fiscalização do material no momento da retirada, verificando quantidade, temperatura, características técnicas e emissão do ticket de pesagem, podendo recusar o material que não atender aos padrões exigidos.

5.4 RECEBIMENTO DO OBJETO

5.4.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO (Art. 140, II, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

5.4.1.1 O recebimento provisório do CBUQ será realizado no momento da retirada na usina, por conferência sumária dos tickets de pesagem e das condições do material, especialmente temperatura, quantidade e conformidade com as especificações técnicas.

5.4.1.2 O material poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso não esteja conforme as especificações técnicas ou apresente qualquer inconformidade que comprometa sua aplicação, devendo o fornecedor proceder à substituição ou compensação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação do Município, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

5.4.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO (Art. 140, II, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

5.4.2.1 O recebimento definitivo do material será registrado com base no somatório dos tickets de pesagem emitidos no período, confirmando a quantidade efetivamente retirada e a conformidade do CBUQ fornecido.

5.4.2.2 O prazo para o registro do recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, caso sejam necessárias diligências adicionais para verificação da qualidade ou quantidade do material.

5.4.2.3 Caso necessário, o gestor do contrato notificará o fornecedor para realização das substituições ou adequações cabíveis, conforme prazo indicado no item 5.4.1.2.

5.4.3 DEMAIS REGRAMENTOS

5.4.3.1 O MUNICÍPIO poderá rejeitar, no todo ou em parte, o CBUQ que não esteja conforme as condições pactuadas, podendo, a seu critério, aceitar parcialmente o fornecimento, aplicando as deduções cabíveis.

5.4.3.2 Em caso de recusa, o fornecedor deverá substituir, às suas expensas, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou inconformidades, no prazo indicado no item 5.4.1.2, cabendo ao Gestor do Contrato habilitar para pagamento apenas a quantidade de material efetivamente recebido e conforme especificações.

5.4.3.3 O recebimento definitivo do objeto será concretizado após conferência dos tickets de pesagem e da conformidade do CBUQ fornecido, conforme critérios do Município e art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.4 O aceite do material pelo MUNICÍPIO não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou não conformidades verificados posteriormente, garantindo-se as prerrogativas previstas no Código de Defesa do Consumidor

6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, 'f', da Lei nº 14.133/21)

6.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal 5401/2023, o



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

MUNICÍPIO designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do futuro contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

6.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do futuro contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

6.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais.

6.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso.

6.2.3 Promover a verificação dos produtos já entregues.

6.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MUNICÍPIO, se necessário, parecer de especialistas.

6.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do futuro contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3 A fiscalização, pelo MUNICÍPIO, não desobriga o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

6.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MUNICÍPIO, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas no futuro contrato.

6.4 O MUNICÍPIO poderá recusar, sustar e/ou determinar a substituição de bens que não estejam sendo ou não tenham sido entregues de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

6.4.1 Qualquer bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído pelo fornecedor, às suas expensas.

6.4.2 A não aceitação de algum bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância do MUNICÍPIO.

6.5 Caberá ao gestor do contrato deliberar sobre a execução contratual, em especial:

6.5.1 Autorizar o início da execução do objeto contratual, deliberando sobre o momento do envio de documentos de formalização tais como documentos ou nota de empenho ordinária ao contratado;

6.5.2 Coordenar as atividades realizadas pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, elaborando, sempre que necessário, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento à finalidade da Administrativa;

6.5.3 Receber dúvidas ou questionamentos de matérias sob sua competência, feitos pela CONTRATADA e/ou pela fiscalização, manifestando-se e dando o devido encaminhamento;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

6.5.4 Deliberar sobre prorrogações de prazos de entre ou execução;

6.5.5 Deliberar sobre o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante emissão de termo detalhado, quando não for designada comissão específica para tal fim;

6.5.6 Adotar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.6 Para fins de fiscalização e gestão o MUNICÍPIO poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do futuro contrato.

6.7 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Município que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

6.8 Para esta contratação a gestão será exercida pela Gerência de Suprimento da Secretaria Municipal de Obras Públicas- Márcia Maira de Magalhães - mat 7.174 e a fiscalização será exercida pelo Diretor de Execução de Obras Públicas - Romisley Antônio da Silva - mat. 17.108.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'g' da Lei nº 14.133/2021)

7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento, observando critérios de qualidade, quantidade, prazo, conformidade com as especificações, devendo intervir para requerer ao fornecedor a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.1.2 O pagamento ao fornecedor será condicionado à entrega satisfatória e aceitação dos bens conforme critérios estabelecidos neste instrumento.

7.2 FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

7.2.1 O pagamento será realizado de forma única, mensal, referente ao fornecimento efetivamente realizado no mês, considerando todos os tickets de pesagem emitidos e conferidos pelo MUNICÍPIO, conforme especificado nos itens 5.2 e 5.3.

7.2.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pelo fornecedor, de Nota Fiscal relativa ao fornecimento do objeto e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade do fornecedor, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo MUNICÍPIO;

7.2.2.1 O pagamento estará condicionado também à apresentação do Termo de Recebimento emitido pelo MUNICÍPIO, que consolida os tickets de pesagem do período e confirma a conformidade do CBUQ fornecido.

7.2.3 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 7.2.2, desde que não haja pendência a ser regularizada;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

7.2.3.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21;

7.2.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.2.3.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.2.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.

7.2.5 O MUNICÍPIO realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.2.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor;

7.2.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 7.2.3 e 7.2.3.1.

7.2.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MUNICÍPIO, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Município, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO.

7.2.8 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto na lei 14133/2021 e no decreto municipal 5401/2023.

7.3 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

7.3.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, mediante aplicação do IPCA, relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste.

7.3.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de bens a serem fornecidos após o prazo de que cuida o item 7.3.1.

7.3.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

7.3.2 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento do fornecedor quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

7.3.3 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do futuro contrato, nas hipóteses do art. 124, II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.3.4 Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

7.3.4.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 7.3.3.

7.3.5 O MUNICÍPIO, no prazo máximo de 01 (um) mês, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pelo fornecedor (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

7.3.6 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do MUNICÍPIO deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.3.7 As alterações de preços obedecerão às seguintes regras:

I - O preço registrado no contrato não poderá ultrapassar o praticado no mercado.

II - O Órgão Gerenciador poderá aumentar o preço inicialmente contratado, caso haja pedido do fornecedor e devendo obedecer ao que se segue:

a) Ao deferir o pedido a que dispõe o inciso II, deve, preferencialmente, manter a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;

b) O Órgão Gerenciador deve considerar o valor solicitado pelo fornecedor como máximo que pode ser alcançado nesta revisão;

c) O Órgão Gerenciador poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo fornecedor;

d) O indeferimento do pedido de revisão a que dispõe o inciso II, não desobriga o fornecedor do compromisso assumido nem o libera de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

§ 1º A exceção à regra prevista no inciso II, alínea "a", deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.

§ 2º O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado venham a se tornar superior ao contratado.

§ 3º O preço contratado poderá ser revisto de ofício pelo Órgão Gerenciador em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

III - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do bem, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços dos bens, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

IV - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

V- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

VI - Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade PREGÃO, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

8.1.2 A Proposta de Preços deverá conter os dados mínimos exigidos no modelo de proposta, anexo ao instrumento convocatório.

8.1.3 Não será exigida carta de solidariedade nos termos do item 8.4 deste Termo de Referência.

8.1.4 Em conjunto com a Proposta de Preços, serão exigidas as seguintes documentações cabíveis ao fornecimento de CBUQ:

8.1.4.1 Certificação de qualidade do produto:

O fornecedor deverá apresentar certificado de conformidade do CBUQ com as normas técnicas aplicáveis, como as normas ABNT referentes a misturas asfálticas e controle de qualidade do material.

8.1.4.1.1 Justificativa:

A exigência garante que o material fornecido atende aos padrões de qualidade necessários para a execução da pavimentação, prevenindo falhas na obra e assegurando durabilidade do pavimento.

8.1.4.2 Licença ambiental ou autorização do órgão competente:

O fornecedor deverá apresentar licença ambiental válida que comprove regularidade da produção do CBUQ e atendimento às normas ambientais aplicáveis.

8.1.4.2.1 Justificativa:

A exigência garante que a produção e fornecimento do CBUQ estejam em conformidade com as normas ambientais, prevenindo impactos e responsabilizações legais ao MUNICÍPIO.

8.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 68 - Lei nº 14.133/21)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

8.2.1.1 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no instrumento convocatório.

8.2.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69 da Lei nº 14.133/21)

8.2.2.1 **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.** Para qualificação econômico-financeira é necessário a apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme o caso (Pessoa Jurídica ou Física).

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no caso de Pessoa Jurídica.

8.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

☐ **NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.** Uma vez que a contratação se enquadra em hipótese de faculdade prevista no art. 70, III, da lei federal nº 14.133/2021.

☒ **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.** Conforme critério(s) a seguir elencado(s):

☐ Declaração de vistoria do local dos serviços, para perfeito conhecimento do objeto licitado, inclusive quanto às características físicas, das quantidades e especificidades dos serviços objeto da licitação, não se admitindo reclamações futuras advindas de dificuldades técnicas e operacionais não detectadas quando da vistoria e de disponibilidade de instalações, equipamentos, material e pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo **APENSO III**.

☒ O licitante deve apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, inclusive de complexidade tecnológica e operacional, equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **CERTIDÕES** ou **ATESTADOS**, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por documentos regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.3.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Descrição do objeto, prazo e a quantidade fornecida.

8.2.3.2 *Será* admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.3.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.3.2.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação,



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- ☐ Registro ou inscrição válida da empresa na entidade profissional, em plena validade.
- ☐ Prova de atendimento ao(s) seguinte(s) requisito(s) previsto(s) na lei [indicar legislação]: [indicar requisito(s), enumerando se múltiplos]

8.3 EXIGÊNCIA DE AMOSTRA, EXAME DE CONFORMIDADE E OUTROS TESTES (Art. 17, §3º e art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021)

- ☒ **NÃO SE APLICA.**
- ☐ **APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE AMOSTRAS, EXAME DE CONFORMIDADE E OUTROS TESTES.**

8.4 EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE (Art. 41, IV, da Lei nº 14.133/2021)

- ☒ **NÃO SERÁ EXIGIDA CARTA DE SOLIDARIEDADE.**
- ☐ **SERÁ EXIGIDA CARTA DE SOLIDARIEDADE.** No contexto da presente licitação, a Administração Pública considera indispensável a exigência de uma Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante que assegure a execução da contratação", nos termos do art. 41, IV. Esta exigência se justifica por [inserir justificativa].

8.5 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

8.5.1 Na hipótese de a contratação possuir um ou mais itens com valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será:

- ☒ **SEM COTA RESERVADA.** Justifica-se a não aplicação da cota reservada.
- Justifica-se a não aplicação da cota reservada prevista na Lei Complementar nº 123/2006, com fundamento no art. 49, incisos II e III, em razão das características específicas do objeto a ser contratado, qual seja, o fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).
- Trata-se de material que exige processo produtivo industrial contínuo, controle tecnológico rigoroso, logística especializada e fornecimento imediato após a usinagem, sob pena de perda de qualidade e comprometimento da execução dos serviços. Nesse contexto, a divisão do objeto em cotas poderia prejudicar a padronização do material, impactar negativamente a qualidade final da pavimentação e comprometer a economicidade e a eficiência da contratação.
- Ademais, verifica-se que o mercado fornecedor é restrito, sendo composto, em sua maioria, por empresas de médio e grande porte que detêm usinas de asfalto e capacidade técnica compatível com as exigências do objeto. Não se identificou a existência de, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte aptos a atender, de forma plena e simultânea, às condições estabelecidas no certame, especialmente quanto à capacidade de produção, transporte e entrega dentro dos parâmetros técnicos exigidos.
- Dessa forma, a aplicação da cota reservada poderia comprometer a competitividade, a viabilidade e a adequada execução contratual, não se mostrando vantajosa para a Administração Pública.

- ☐ **COM COTA RESERVADA.**
- ☐ **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP.**



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1.1 O MUNICÍPIO se obriga a:

9.1.1.1 Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.1.3 Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.1.5 Efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

9.1.1.6 Devolver os materiais entregues fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa ao fornecedor, que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

9.1.1.7 Notificar previamente ao fornecedor, quando da aplicação de penalidades;

9.1.1.8 Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pelo fornecedor, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

9.1.1.9 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.

9.1.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

9.1.1.10.1 A administração responderá ao contratado dentro dos prazos legalmente estabelecidos, contados da data da conclusão da instrução do requerimento.

9.2 OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.2.1 O fornecedor se obriga a:

9.2.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

neste Termo de Referência e seus apensos, acompanhado da respectiva nota fiscal com todas as discriminações inerentes ao objeto, bem como as certidões de regularidade cabíveis;

9.2.1.3 Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato a ser firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na entrega dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao MUNICÍPIO no prazo de 48(quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita do Município.

9.2.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do futuro contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente(s) ao(s) material(is);

9.2.1.5 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.1.6 Manter, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.1.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada do objeto contratado, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

9.2.1.8 Prestar ao MUNICÍPIO, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária.

9.2.1.9 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos, Alvarás, licenciamentos, autorizações e materiais necessários ao fornecimento do objeto deste Termo de Referência;

9.2.1.10 Assegurar que o objeto deste Termo de Referência não sofra solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

9.2.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica na execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao MUNICÍPIO;

9.2.1.12 A eventual retenção de tributos pelo MUNICÍPIO não implicará a responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pelo fornecedor.

9.2.1.13 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MUNICÍPIO, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;

9.2.1.14 Responsabilizar-se pelos vícios, ainda que ocultos, e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MUNICÍPIO, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.1.15 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MUNICÍPIO, de



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

substituição dos produtos que não estejam sendo ou não tenham sido entregues de acordo com o estipulado neste instrumento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o MUNICÍPIO;

9.2.1.15.1 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal relativa ao fornecimento;

9.2.1.16 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;

9.2.1.17 Não contratar, durante a vigência do futuro contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MUNICÍPIO, ou do fiscal ou do gestor, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

9.2.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do futuro contrato;

9.2.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do futuro contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);

9.2.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do futuro contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Instrução Normativa SSC/MGI nº 217/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

- a. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou prestar declaração falsa.
- b. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- d. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- f. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2010.
- j. Der causa à inexecução parcial do contrato.
- k. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- l. Der causa à inexecução total do contrato.

10.2. O licitante ou o contratado que descumprir, total ou parcialmente, as regras estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou no contrato administrativo ficará sujeito às seguintes sanções, aplicadas conforme o disposto na Instrução Normativa SSC/MGI Nº 217/2024 e na Lei nº 14.133/2021:

- a. Advertência.
- b. Multa moratória ou compensatória.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

- c. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de três anos.
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A sanção de multa, calculada conforme disposto no instrumento convocatório ou nas cláusulas contratuais, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

10.6. A aplicação das sanções previstas requererá a instauração de processo de responsabilização, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

- a. Para as sanções de advertência e multa, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- b. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será conduzida por comissão designada, que avaliará os fatos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de quinze dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa por escrito e especificar as provas que pretende produzir.

10.7. Da decisão que aplica as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.8. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'i', da Lei nº 14.133/2021)

11.1 O custo estimado total da contratação se encontra na **TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR** disposta no Instrumento Convocatório.

11.2 As memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, bem assim a indicação dos parâmetros utilizados, constam como anexo(s) ao procedimento administrativo de licitação.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, 'j' da Lei 14.133/2021)

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- A contratação será atendida pela seguinte dotação: 2532

Fontes 01.0759.0000.0019

01.0750.0000.0000

13. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

13.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo José Guilherme Rocha Cunha - Diretor de Mobilidade Urbana (Secretaria de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana) , Romisley Antônio da Silva- Diretor de Execução de Obras Públicas e Márcia Maria de Magalhães - Gerente de Suprimentos (Secretaria de Obras Públicas), estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.

Patos de Minas, 10 de março de 2026.

Márcia Maria de Magalhães - mat. 7.174

Gerente de Suprimentos

Romisley Antônio da Silva - mat. 17.108

Diretor de Execução de Obras Públicas

José Guilherme Rocha Cunha - mat. 37.234

Diretor de Mobilidade Urbana



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APENSO I

TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR

ITEM / LOTE	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	UNID FORNECIME NTO	QUANTITATI VO TOTAL	ME/EPP OU AMPLA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	6.392	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q), USINADO DE ACORDO COM AS NORMAS DO DNTER. OBS: O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE DE FORMA DIÁRIA E NAS QUANTIDADES SOLICITADAS PELA PREFEITURA NA CIDADE DE PATOS DE MINAS, ONDE SERÁ AFERIDA A PESAGEM, BEM COMO FISCALIZADA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PRINCIPALMENTE COM RELAÇÃO A TEMPERATURA DE APLICAÇÃO.	TONELADA	5.000	AMPLA	770,00	3.850.000,00

Patos de Minas, 10 de março de 2026.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APENSO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

1. Objeto

Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) destinado à manutenção e recuperação da pavimentação asfáltica das vias públicas do município, para aplicação diária em serviços de tapa-buracos e recomposição do pavimento.

2. Normas Técnicas

O material deverá atender às seguintes normas:

- DNIT 031/2006 – ES – Pavimentos flexíveis – Concreto Betuminoso Usinado a Quente.
- DNER-ES 313/97 – Misturas betuminosas usinadas a quente.
- DNIT 095/2006 – Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP).

3. Composição da mistura

O CBUQ deverá ser composto por:

- Agregados minerais britados devidamente graduados
- Material de enchimento (filler) quando necessário
- Ligante betuminoso (CAP)

Normalmente utiliza-se:

- CAP 50/70

A mistura deve ser produzida em usina apropriada para fabricação de CBUQ, com controle tecnológico adequado.

4. Granulometria

A mistura deverá apresentar granulometria densa faixa "C", conforme DNIT.

Exemplo de referência:

Peneira	% Passante
3/4"	100%
1/2"	80 – 100%
3/8"	70 – 90%
nº 4	44 – 72%
nº 10	22 – 50%
nº 40	8 – 32%
nº 80	4 – 16%
nº 200	2 – 10%

5. Teor de ligante

O teor de ligante asfáltico deverá ser aproximadamente:

- entre 4% e 6% de CAP, conforme projeto de dosagem da mistura.

O traço da mistura deverá ser apresentado pela contratada e aprovado pela fiscalização.

6. Temperatura de produção e aplicação

- Temperatura mínima do ligante: $\geq 107^{\circ}\text{C}$
- Temperatura máxima aproximada: $\leq 177^{\circ}\text{C}$
- A mistura deve ser fornecida quente e pronta para aplicação.

Os agregados devem ser aquecidos 10°C a 15°C acima da temperatura do ligante antes da mistura.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

7. Propriedades da mistura

A mistura asfáltica deverá atender aos seguintes parâmetros mínimos:

- Estabilidade Marshall mínima: 500 kgf
- Vazios da mistura: entre 3% e 5%
- Boa trabalhabilidade e compactação

Esses parâmetros garantem resistência ao tráfego e durabilidade do pavimento. (TCMPA)

8. Controle Tecnológico do CBUQ (temperatura e condições de aplicação)

- O Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) deverá ser produzido, transportado e aplicado em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, garantindo a manutenção de suas propriedades físicas e mecânicas.
- A temperatura do CBUQ no momento do carregamento na usina deverá estar, preferencialmente, entre 140°C e 170°C, ou conforme especificação do projeto ou norma técnica aplicável.
- O material deverá ser transportado e aplicado de modo a não sofrer perda excessiva de temperatura, devendo chegar ao local de aplicação com temperatura mínima adequada à sua correta compactação, conforme normas técnicas vigentes.
- O tempo entre a saída da usina e a aplicação do CBUQ deverá ser o menor possível, recomendando-se que não ultrapasse 2 (duas) horas, salvo justificativa técnica aceita pela Administração.
- O Município poderá realizar aferições de temperatura no momento do carregamento e/ou no local de aplicação, podendo recusar o material que não atenda aos parâmetros estabelecidos.
- O fornecedor será responsável pela qualidade do material produzido, inclusive quanto à temperatura adequada no momento do carregamento, devendo adotar todas as medidas necessárias para garantir a conformidade do produto.
- Caso o material fornecido apresente temperatura inadequada ou qualquer inconformidade que comprometa sua aplicação e desempenho, o mesmo poderá ser recusado, cabendo ao fornecedor a substituição ou compensação correspondente, sem ônus para a Administração.
- Poderão ser realizados ensaios de controle tecnológico, incluindo, quando necessário, verificação de granulometria, teor de ligante betuminoso e estabilidade (ensaio Marshall), a fim de garantir a qualidade do CBUQ fornecido.

9. Fornecimento

- O fornecimento será conforme demanda da Secretaria de Obras Públicas, por toneladas, para uso diário, das equipes de tapa-buraco.
- O material será coletado pelas equipes de tapa buraco da Secretaria de Obras em caminhões basculantes adequados.

9.1 Horário de Carregamento (Disponibilidade)

Como o uso é diário e por demanda, a usina não pode deixar seu caminhão parado 3 horas na fila.

"A contratada deverá garantir o carregamento dos veículos do Município no prazo máximo de [30/60] minutos após a chegada à usina, dentro do horário de expediente das [07:00 às 13:00], de segunda a sexta-feira."

9.2. Temperatura na Saída da Usina

A responsabilidade da usina termina quando o asfalto cai na sua caçamba. Portanto, a temperatura de saída deve ser a máxima permitida para compensar o trajeto de volta.

"O material deverá ser carregado nos veículos da municipalidade com temperatura mínima de 155°C a 165°C, devidamente aferida por termômetro digital a laser ou de espeto no ato do carregamento, sob pena de recusa da carga."

C. Localização da Usina (Critério de Aceitabilidade)

"Para fins de exequibilidade operacional e eficiência da equipe própria de pavimentação, a usina de produção deverá estar situada em um raio máximo de 20 km da sede do Município, visando minimizar o tempo de transporte e garantir a aplicação do CBUQ dentro dos parâmetros térmicos normatizados pelo DNIT."



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APENSO III

DECLARAÇÕES

A Empresa, portadora do CNPJ n.º participante do Pregão/CONCORRÊNCIA Nº /2026 cujo objeto é a _____, DECLARA:

* Que temos conhecimentos das condições do local de execução do objeto, inclusive quanto às características físicas, das quantidades e especificidades dos serviços objeto desta licitação. Declaro ainda que foi dado acesso às instalações dos órgãos da Prefeitura Municipal, bem como foram esclarecidas todas as questões por mim suscitadas, e que tenho pleno conhecimento do volume de trabalho e dos materiais/equipamentos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação e não pronunciarei qualquer reclamação posterior de desconhecimento de detalhes técnicos e operacionais não detectados na visita técnica;

* Que possuímos pessoal capacitado, em quantidade suficiente e disponível para a execução do objeto da licitação acima referenciada, sob pena de responsabilização nos termos da Lei.
(Qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos)

1-
2-
3-

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, assino a presente declaração.

(LOCAL E DATA)
(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)
(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

OBRAS PÚBLICAS

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) destinado à manutenção e recuperação da pavimentação asfáltica das vias públicas do município, para aplicação diária em serviços de tapa-buracos e recomposição do pavimento.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser contratado, APROVO o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital.

Marcos José Braga - mat. 36.491
Secretário Municipal de Obras Públicas

TERMO DE REFERÊNCIA pdf

Código do documento 7aa6070c-ffee-4d65-b278-ce29b12ffc12



Assinaturas



Márcia Maria de Magalhães
comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Márcia Maria de Magalhães



ROMISLEY ANTONIO DA SILVA
romisley@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

ROMISLEY ANTONIO DA SILVA



JOSE GUILHERME ROCHA CUNHA
joseguilhermerochacunha@gmail.com
Assinou



Marcos José Braga
marcos.braga@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Marcos José Braga

Eventos do documento

20 Mar 2026, 07:10:10

Documento 7aa6070c-ffee-4d65-b278-ce29b12ffc12 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-20T07:10:10-03:00

20 Mar 2026, 07:11:05

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-20T07:11:05-03:00

20 Mar 2026, 07:11:45

MÁRCIA MARIA DE MAGALHÃES **Assinou** (7eca6740-b2b1-4e8c-a5b5-bd4ea7c6ec81) - Email:comprasinfra@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.106 (138-0-64-106-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 18356) - Documento de identificação informado: 034.434.276-00 - DATE_ATOM: 2026-03-20T07:11:45-03:00

20 Mar 2026, 08:06:37

ROMISLEY ANTONIO DA SILVA **Assinou** - Email: romisley@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.135 (138-0-64-135-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 34118) - Documento de identificação informado: 045.438.856-00 - DATE_ATOM: 2026-03-20T08:06:37-03:00

20 Mar 2026, 09:30:54

MARCOS JOSÉ BRAGA **Assinou** - Email: marcos.braga@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.135 (138-0-64-135-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 39552) - Documento de identificação informado: 676.198.276-68 - DATE_ATOM: 2026-03-20T09:30:54-03:00

20 Mar 2026, 09:46:24

JOSE GUILHERME ROCHA CUNHA **Assinou** (1dc01c83-257e-4846-81ba-c145de4f8c23) - Email: joseguilhermerochacunha@gmail.com - IP: 152.255.127.207 (152-255-127-207.user.vivozap.com.br porta: 55628) - Documento de identificação informado: 050.250.936-86 - DATE_ATOM: 2026-03-20T09:46:24-03:00

Hash do documento original

(SHA256):db852b13d842642b8ab9893a7ad9e69e68c79e766d8730cc71bf7053211fa49b

(SHA512):0035496cebf60e29e00d3637a9ee99137ef78e8ddd945a5ca1f6d4d1e9db53809558b65fe72109a1f79506af86df4056b1e394509d21285e9c049a2c75f4e129

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.